

MANIFESTO - Todos a bordo!

Transportes públicos pelo clima e por todos nós

Nos 50 anos da Revolução de Abril, há muitas liberdades por conquistar, como a de nos movimentarmos fácil e sustentavelmente. A justiça climática exige transportes movidos de forma sustentável, acessíveis e cujo o custo não exclua ninguém, que sirva toda a gente, que crie emprego qualificado e com direitos, que permita avançar para uma sociedade e uma economia livre de combustíveis fósseis. Deve ser considerado o objetivo de alargar a todo o território a gratuitidade dos transportes públicos, desde que garantido o investimento necessário para tornar o automóvel individual dispensável.

Assim propomos continuar a Revolução dos Cravos.

Continuamos presos a um modelo de mobilidade assente no transporte motorizado rodoviário individual, dependente de combustíveis fósseis, em que o transporte público e a mobilidade activa é marginalizada. Cerca de um terço das emissões de gases com efeito de estufa no nosso país deve-se aos transportes, com tendência a aumentar. Não há forma de cumprir as metas para a neutralidade carbónica sem um fortíssimo aumento do investimento público na promoção de uma mobilidade inclusiva, eficaz e eficiente. Se os governos anteriores não estiveram à altura, o atual também não tem planos para o esforço necessário para alterar os padrões de mobilidade dos portugueses.

Também na acessibilidade de pessoas e bens, a ação climática não pode contrariar o bem-estar da população. Ao invés, o investimento em transportes públicos de qualidade – regulares, frequentes, cómodos, fiáveis, flexíveis, interligados – mitiga a ameaça representada pelos combustíveis e aproxima os locais de residência dos de trabalho, o litoral do interior, as periferias dos centros urbanos, a população dos serviços públicos, as pessoas umas das outras. Investimento em transportes com horários abrangentes, interfaces funcionais, ligando as grandes, médias e pequenas cidades, mas também estruturando as zonas não urbanas, as cidades e as áreas metropolitanas. Da mesma forma, a garantia de segurança e conforto para quem escolhe a mobilidade activa (bicicleta e a pé) deve ser uma prioridade. Aproximar as pessoas, ganhar tempo de vida e trabalhar para um planeta que se mantenha habitável é um só objetivo, uma mesma via.

Nada disto se faz sem dezenas de milhares de trabalhadores. A projetar, a construir, guiar, administrar os sistemas de transportes e infraestruturas seguras, a proteger os direitos dos utentes ou a comunicar. Atrair milhares de pessoas qualificadas para fazer da mobilidade limpa um desígnio nacional implica condições de trabalho justas, salários atrativos, contratação coletiva e direito real à sindicalização. Isso hoje não é uma realidade no setor dos transportes e, por isso, tem havido lutas, protestos e greves. Apoiamos os trabalhadores da ferrovia e dos transportes na prossecução de condições laborais dignas. Como noutros serviços públicos, a mobilidade coletiva não avança sem valorizar quem nela trabalha.

Juntamo-nos por uma mobilidade para todos, movida pelo nosso corpo ou por energias renováveis, assente em empregos públicos, dignos, estáveis e bem pagos. Somos ativistas

pela transição justa, sindicalistas e trabalhadores, utentes e membros de movimentos por uma mobilidade para toda a gente. Unimo-nos porque um novo ciclo político não pode significar hesitações ou recuos, mas antes fazer da mobilidade limpa para todos, pelo clima e por quem nela trabalha, um desígnio nacional urgente.

Estamos todos a bordo nesta viagem!

Defendemos:

- **Uma visão integrada do sistema de transporte público, regular e flexível**, que encoraje a intermodalidade com a mobilidade activa e torne mais competitivo o tempo de viagem do transporte de passageiros face ao transporte individual, com custos muito mais baixos para os cidadãos e as empresas, e que se concretize num setor de transportes livre de combustíveis fósseis.
- **Expandir o número de comboios metropolitanos, regionais e internacionais**, de modo a aumentar significativamente a acessibilidade por ferrovia e reduzir o uso do transporte rodoviário e aéreo.
- **Ligar através de um sistema ferroviário moderno e eficiente** todas as capitais de distrito, todos os aeroportos internacionais, todos os concelhos com mais de 200 habitantes por quilómetros quadrados, todas as plataformas logísticas de base agrícola, industrial ou comercial, e todos os portos.
- **Desencorajar ou mesmo proibir, no mais curto espaço de tempo possível, todas as viagens aéreas em distâncias inferiores aos 700 quilómetros na Península Ibérica**, privilegiando a alta velocidade ferroviária a preços inferiores.
- **Expandir as redes de metro e de comboios suburbanos nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e noutras zonas urbanas**, reduzindo a necessidade de transbordos, promovendo um aumento significativo da acessibilidade em modos activos a interfaces e uma redução drástica do recurso ao transporte motorizado individual.
- **Para o transporte de passageiros, autocarros sem motor de combustão, alimentados por fontes de energia renovável**, para curtas distâncias que implicam paragens mais frequentes nas zonas urbanas, bem como ligações entre as cidades médias/pequenas e outros territórios de menor densidade, e sistemas de mobilidade flexível partilhada para quando não se justificar a alocação de um autocarro.
- **Para o transporte de mercadorias, os veículos ligeiros elétricos podem garantir as entregas do “primeiro e último quilómetros”**, entre o terminal ferroviário e o destino (fábrica, hipermercado), e as entregas domiciliárias dos produtos nas zonas residenciais.
- **Para todas as viagens de curta distância, deve haver espaço confortável e seguro para bicicletas e peões**, o que implica um ordenamento diferente das zonas residenciais e de comércio, atualmente desenhadas para a circulação automóvel.
- **Salários dignos, estabilidade laboral, respeito pela contratação coletiva e resposta positiva às exigências laborais dos trabalhadores dos transportes que se têm mobilizado.**

- **A mobilidade sustentável é uma oportunidade de criação de milhares de postos de trabalho, no setor público, na construção, manutenção, fabricação, digitalização, condução e outros serviços essenciais** para o cumprimento deste plano, integrando prioritariamente e sem perdas de direitos os trabalhadores de indústrias poluentes. Portugal possui características singulares que o tornam atrativo para a instalação e desenvolvimento da indústria ferroviária que neste momento já emprega cerca de 7 mil trabalhadores (com um crescimento de 17% desde o período pré-pandemia). Portugal é o maior produtor de bicicletas da UE. Entre 2015 e 2022, o setor da indústria ligada à bicicleta conseguiu aumentar as exportações de 280 para 800 milhões de euros (um crescimento de quase 200%), empregando atualmente cerca de 9 mil trabalhadores.

Subscritores:

- Campanha Empregos para o Clima (Grupo de Trabalho de Transportes)
- ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável
- Vida Justa
- Movimento Cívico pela Estação Nova (Coimbra)
- Movimento SOS Terras do Cávado
- STFPSN - Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Norte
- MUBI - Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta
- Climáximo